

Bruxelas, 25 de novembro de 2019  
(OR. en)

---

Dossiê interinstitucional:  
2017/0231(COD)

---

14012/1/19  
REV 1

CODEC 1615  
EF 326  
ECOFIN 987  
SURE 58

#### NOTA PONTO "I/A"

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Projeto de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2009/138/CE relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros e a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo <b>(primeira leitura)</b> – Adoção do ato legislativo

1. Em 20 de setembro de 2017, a Comissão enviou ao Conselho a proposta<sup>1</sup> em epígrafe, baseada no artigo 53.º, n.º 1, e no artigo 62.º do TFUE.
2. O Comité Económico e Social Europeu emitiu parecer em 15 de fevereiro de 2018<sup>2</sup>.
3. Em 16 de abril de 2019, o Parlamento Europeu adotou a sua posição em primeira leitura sobre a proposta da Comissão (sem revisão jurídico-linguística). Depois de os juristas-linguistas ultimarem o texto adotado, o Parlamento aprovou uma retificação a essa posição na reunião plenária de 13 a 14 de novembro de 2019. Essa retificação reflete o acordo de compromisso alcançado entre as instituições, pelo que deverá poder ser aceite pelo Conselho<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Doc. 12422/17.

<sup>2</sup> JO C 227 de 28.6.2018, p. 63.

<sup>3</sup> Doc. 8494/19.

4. Por conseguinte, convida-se o Comité de Representantes Permanentes a confirmar o seu acordo e a propor ao Conselho que, como ponto "A" da ordem do dia de uma próxima reunião, aprove a posição do Parlamento Europeu na versão constante do documento PE-CONS 76/19, com a abstenção do Reino Unido.

Se o Conselho aprovar a posição do Parlamento Europeu, o ato legislativo será adotado.

Depois de assinado pelo presidente do Parlamento Europeu e pelo presidente do Conselho, o ato legislativo será publicado no Jornal Oficial da União Europeia.

---